

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Martinez de Hoz e o Brasil

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Martinez de Hoz foi ministro da Economia da Argentina no fim da década de 70, nomeado pelo governo do general Videla para estancar a inflação acelerada naquela república, ao final do deposto governo de Isabelita Perón.

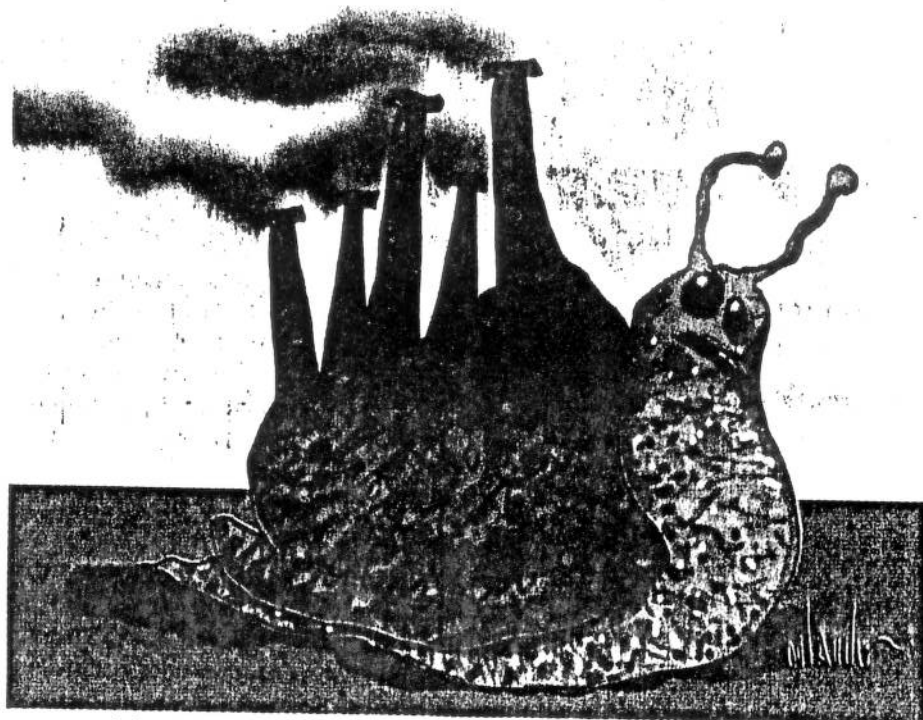
Considerando a estabilidade da moeda como elemento fundamental e a abertura econômica como consequência natural do processo de estabilização, abriu as fronteiras para a mais desenvolvida indústria dos outros países. Por meio de uma política de juros elevados, buscou atrair capitais externos, quase todos de natureza especulativa, o que levou os argentinos a chamar seu país de "pátria financeira".

O resultado da política desastrosa daquele ministro foi o sucateamento do parque industrial argentino, incapaz de concorrer com o dos países mais desenvolvidos, a tal ponto que a Argentina perdeu mercado externo, com a queda das exportações, e mercado interno, para os produtos estrangeiros.

O país só se recuperou do desastre empresarial do fim da década com o Mercosul, no qual, graças ao Brasil, passou a exportar para seu vizinho com tarifas aduaneiras zeradas, salvo algumas exceções, além de gozar de outras vantagens: peso interno dos tributos menor (20% sobre o PIB, contra uma projeção de 33% do Brasil para 1998), encargos sociais menores (60% sobre a mão-de-obra, contra 102% no Brasil) e carga tributária não-cumulativa (suas exportações sofrem incidência menor de Cofins, PIS e CPMF que os produtos brasileiros).

O fantástico fracasso da política de abertura de Martinez de Hoz, que destruiu a indústria argentina por quase 20 anos, está sendo esquecido graças às benesses brasileiras concedidas no mal negociado Tratado de Assunção —no qual o Brasil poderia ter imposto condições melhores, pois cede 75% do mercado a seus parceiros—, à recomposição daquele parque empresarial e ao crescimento da economia daquele país em 1997, maior que o do Brasil.

À evidência, há diferenças entre a Argentina de Martinez de Hoz e o Brasil de Gustavo Franco. Mas há algo que torna muito semelhantes os dois formuladores da política monetária: a pouquíssima consideração para com a estrutura



empresarial autóctone, que foi destruída pela política daquele condutor da economia argentina e vem sendo destruída pela política de juros elevados, câmbio defasado e carga tributária cumulativa e excessiva, rastros que o modelo monetário brasileiro vem deixando nos últimos três anos.

Sinto-me à vontade para criticar o lado negro do Plano Real, gerador de desemprego no Brasil e de empregos fora. Sou e continuarei sendo eleitor do presidente Fernando Henrique, o melhor chefe de Estado de nossa história depois de d. Pedro 2º e um chefe de governo que acertou muito, mas que cometeu também erros consideráveis.

Um deles é o sucateamento do parque empresarial da nação, que mal suporta carga tributária semelhante à dos Estados Unidos (33%) e recebe serviços públicos dignos de Ruanda; tem de pagar juros no mercado interno que nenhum dos empresários que exportam para o Brasil paga em seu país; além de muitos tributos cumulativos, que apenas prejudicam os fabricantes nacionais e beneficiam os estrangeiros.

Talvez o ministro Francisco Dornelles seja o que tem mais sensibilidade em sua equipe. Ele percebe que, enquanto todas as nações se autoprotegem e fazem políticas para incentivar a compra de produtos nacionais, nós nos esquecemos de nos defender.

Isso se dá à luz de uma política de abertura de mercados cujas portas foram escancaradas pelo então ministro Ciro Gomes, ao reduzir as tarifas aduaneiras de 13 mil produtos brasileiros, em fins de 1994, sem nenhuma negociação ou contrapartida.

Estou convencido de que o empresário brasileiro é o menos responsável por ter perdido competitividade, visto que as facilidades provocadas pelo Plano Real para todos os produtos estrangeiros e as dificuldades impostas ao produtor nacional fazem dele um verdadeiro herói, ainda capaz de sobreviver, com suas poucas forças, e gerar o emprego possível na conjuntura.

Enquanto o déficit nas contas externas e na balança comercial for considerável e a indústria nacional continuar sendo sucateada, o mérito do Plano Real é relativo. Corre-se o risco de a equipe econômica do governo reproduzir o tremendo equívoco de Martinez de Hoz.

Se não houver um plano nacional dedicado exclusivamente à recuperação da indústria brasileira, como se percebe na formulação de muitos países, o sucesso da estabilidade monetária estará em permanente risco. Se a política monetária não resistir aos embates externos e internos, encontrará um país sem forças para reagir, pois nele estará destruído o vigor empresarial que o levou a ser a oitava economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto, apesar de todos os governos.

Ives Gandra da Silva Martins, 63, advogado tributarista, professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista, é presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.